

01571-2008-129-03-00-0-AP – 6ª Turma, rel. juiz Anemar Pereira Amaral – Publicação: DEJT 02.04.2012

**MULTA POR OBRIGAÇÃO DE FAZER. ART. 461, §4º, DO CPC.** As *astreintes* previstas no §4º, do art. 461, do CPC constituem instrumento colocado à disposição do juiz contra devedor em face do descumprimento de decisão judicial, ou seja, constitui medida coercitiva, de caráter pecuniário, a fim de influir na disposição do devedor em cumprir obrigação imposta por meio de ordem judicial. Assim, não há que se falar em *bis in idem* na hipótese de sua cobrança juntamente com a multa por descumprimento de obrigação prevista em Termo de Ajustamento de Conduta assumido pela executada perante o Ministério Público do Trabalho.